



Diário da Sessão n.º 012 de 07/04/05

Deputado Paulo Gusmão (Indep.): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sejamos francos. De todos os planos e orçamentos apresentados pelos Governos socialistas na Região, o que mais dificilmente poderá merecer críticas ferozes será o que inverte uma tendência de décadas de deficit para uma estreia de superavit. Obviamente que o Governo não serve para dar lucro, mas é um sinal de prestígio para a Região quando não dá prejuízo. Pode até ser também por circunstâncias exteriores, mas o costume é que até pelas circunstâncias exteriores o exercício das entidades públicas tenha de ser sempre sinónimo de déficit.

Se associarmos essa boa inovação ao desígnio deste Governo em procurar a Autonomia Financeira, com a qual ao menos as despesas de funcionamento sejam pagas pelas receitas geradas na Região, todos aqueles que, como eu, sempre votaram contra os Planos socialistas, têm boas razões para ao menos dar o benefício da dúvida, ou melhor dizendo, têm razões suficientes para dispensar um voto contra. Certamente que no dia em que este ou outro Governo conseguirem essa mesma Autonomia financeira, aqueles que aqui estiverem têm, então, não só uma boa razão como a obrigação de dar o seu voto favorável.

A Autonomia financeira é a verdadeira razão da Autonomia Política dos Açores. Foi pensando nela, foi com contas e foi com números que, ainda antes do chamado 1º Movimento Autónómico já muitos açorianos reivindicavam a possibilidade de decidir nos Açores aquilo que só a nós diz respeito. Nunca foi impressa nenhuma bandeira com o Açor, com as



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

asas mais ou menos fechadas, com ou sem o escudo e a coroa nacionais, sem que antes se tivessem comparado as nossas próprias receitas aos custos da nossa livre administração.

Portugal contribui porque essa é a sua obrigação, porque aqui, através dos órgãos da Região, também concretizamos as obrigações do Estado. Agora, isso não deve significar que a nossa Autonomia tenha de estar dependente, ou, se me permitem, dependurada nesse mesmo apoio.

Deve sim aproveitá-lo para o investimento. Aliás, não só esse apoio, como até aqueles que resultam das verbas europeias e cujo novo quadro comunitário está aí a surgir.

Outro desígnio que deve estar associado ao da Autonomia financeira é a optimização dos recursos, em termos de dimensão da máquina pública que, com a legislação aprovada, aliás no último Plenário, espero possa, ao fim de três décadas de Autonomia, conhecer uma nova realidade.

Finalmente, e em termos estruturais, que não passam certamente por um só Plano, nem sequer por uma legislatura, é fundamental inverter a tendência da nossa dinâmica populacional. Os Açores não serão uma terra com melhor qualidade de vida quando morarmos todos no mesmo sítio. Cada ilha, cada concelho, cada freguesia, tem de continuar a ser o melhor sítio do mundo para cada açoriano que nela nasce.

Como factores positivos, reconhecamos os indicadores da evolução da actividade económica, que apresentam valores positivos, tanto no sector primário, como a nível do turismo, comércio e indústria. O sector da construção é aquele onde se verifica algum abrandamento. Eu sei que não é politicamente correcto o que vou dizer, mas digo-o à mesma: ainda bem! Não que as infraestruturas não sejam importantes. Mas o investimento não pode ser apenas cimento armado, nem as nossas ilhas têm de caminhar



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

para ocupações excessivas do solo, não restando no fim um único espaço em que não haja mais um prédio, mais um qualquer empreendimento ou tão só mais um vistoso chalé, de mármore e leões aperaltado.

Mas, evidentemente que as infra-estruturas são importantes. E este Plano contém um ambicioso pacote de obras, com uma dimensão apreciável, sobretudo se a ele juntarmos aquelas que serão executadas em regime SCUT. Já agora permitam-me que expresse aqui a minha preocupação de que essas estradas sejam de dimensão compatível com o

futuro, para que dentro de poucos anos não se esteja outra vez a discutir alternativas às actuais alternativas

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como aspecto bastante positivo deste Plano, há a registar o reforço das verbas para a agricultura. O turismo está aí. Penso que o principal esforço de infraestruturas que havia a fazer já está feito. Estou de acordo que agora nessa área o objectivo deve ser a qualidade. Agora é bastante positivo que se volte a acarinhar a principal economia das famílias rurais dos Açores: a agricultura. Não há economia sem agricultura, não há ambiente sem agricultura, não há turismo sem agricultura, não há paz social sem agricultura, quase que me atrevo a dizer que não há Açores sem agricultura.

Mas este Plano reforça também as áreas do saber: a educação e a cultura representam agora 16%, podendo chegar a valores bem mais ambiciosos em 2008.

O saber, o conhecimento, a formação, coisa bem diferente da mera informação, são a chave do sucesso de um povo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

É também por isso. Pela importância da cultura, do conhecimento e da formação, que escolhi estas áreas para nelas apresentar aqui três propostas de alteração.

Uma proposta de alteração que abrirá uma rubrica para a melhoria das condições do velho e emblemático Liceu de uma das mais importantes cidades do País: o Liceu Antero de Quental, adquirido e destinado ao saber, em tempos muito difíceis, pelo esforço das entidades locais micaelenses e marienses.

Outra proposta de alteração reforçará a verba destinada à construção da Escola Básica

Integrada de Ponta Garça, permitindo assim que, já este ano, o Governo possa adquirir a área de terreno necessária e ter o Projecto para arrancar com a sua construção.

Finalmente, e não por último, uma proposta de alteração que reforçará os apoios atribuídos às Bandas de Música dos Açores, expoente máximo da nossa cultura, pela dimensão humana que envolve, pela carga de tradição que contém e, ao contrário do que parece, pelo simbolismo de modernidade que representa. As bandas de música foram fomentadas pelos progressistas do século XIX como forma de levar o povo a participar e ser ele próprio criador de arte, de saber e de conhecimento. Nesse propósito, nem os discos, nem as parabólicas, nem as internetes, as conseguiram substituir.

Como deputado, como cidadão representante de outros cidadãos, apresento aqui três propostas de alteração, ou, se preferirem, três modestas sugestões. Pequenas e modestas, comparando-as com o todo regional. Grandes e importantes porque, tal como todas as outras, têm homens e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

mulheres, açorianos como nós, que nelas se empenham, como justas e necessárias.

Mas permitam-me que termine referindo que nenhuma destas propostas terá qualquer importância se o Governo Regional, e a maioria que o suporta neste Parlamento, não tiverem a abertura para as poder aceitar.

Honra seja feita a esse espírito de abertura democrático, sobretudo vindo de um Governo que tem uma maioria tão absoluta que pode dispensar qualquer contributo.

Não precisam certamente do meu voto para coisa nenhuma e mesmo que precisem, eu, de qualquer forma, vou-me abster, pelas razões que expus ao início.

E como a política não serve apenas para nos criticarmos, permitam-me que manifeste o meu agradecimento pessoal por poder ter sido útil, ainda que modestamente, aos meus concidadãos com quem lido mais proximamente.

Muito obrigado.